

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nr. 13605/000.160/91-20

AMGS

Sessão de 11 de novembro de 1993

Acórdão nr. 106-06.013

Recurso nr. 75.090 - PIS-DEDUÇÃO - EXS: 1987 e 1988

Recorrente: JOÃO AMÉRICO MARTINS DE BARROS (FIRMA INDIVIDUAL)

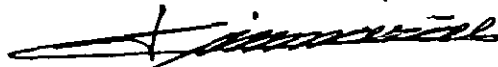
Recorrida: DRF EM BELO HORIZONTE - MG

PIS-DEDUÇÃO - CONTRIBUIÇÃO - DECORRÊNCIA - Quando não infirmada a decorrência, a decisão adotada no processo matriz estende seus efeitos ao processo decorrente. E devida a contribuição para o Pis-Dedução, calculada sobre o imposto de renda suplementar exigido e mantido no processo matriz instaurado contra a pessoa jurídica.
- Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOÃO AMÉRICO MARTINS DE BARROS (FIRMA INDIVIDUAL)

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões-DF., em 11 de novembro de 1993.


JOSE CARLOS GUIMARÃES

- PRESIDENTE


LUCIANA MESQUITA SABINO DE FREITAS CUSSI - RELATORA


VISTO EM IONE TEREZA ARRUDA MENDES

- PROCURADORA

SESSÃO DE: 17 AGO 1995

DA FAZENDA
NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: MARIO ALBERTINO NUNES, WILFRIDO AUGUSTO MARQUES e MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES (Suplente Convocada). Ausentes justificadamente os Conselheiros FAUZE MIDLEJ, LUIZ AUGUSTO BITTENCOURT e AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA. Presente, também o Conselheiro JOSÉ GERALDO ROSA (Suplente convocado).

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nr. 13605/000.160/91-20

Recurso nr. 75.090

Acórdão nr. 106-06.013

Recorrente : JOÃO AMERICO MARTINS DE BARROS (FIRMA INDIVIDUAL)

R E L A T Ó R I O

JOÃO AMERICO MARTINS DE BARROS (firma individual), já qualificada, por seu representante (fls. 19), recorre da decisão do Chefe da Divisão de Tributação-Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte - MG, cuja competência foi delegada pela Portaria DRF nr. 247/83, de que foi cientificada em 31/07/92 (fls. 34), através de recurso protocolado em 31/08/92 (fls. 35/36).

2. Contra a contribuinte foi emitido Auto de Infração (fls. 01/04), relativo ao PIS-DEDUÇÃO, Exercícios de 1987 e 1988, por reflexo ao lançamento, na área do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, discutido no processo nr. 13605/000.165/91-43.

3. Referido processo-matriz foi objeto de julgamento por esta Colenda 6a. Câmara, em sessão de 08/11/93, resultando em NEGAR provimento, conforme Acórdão nr. 106-05.977, para manter a decisão recorrida.

4. Neste processo em julgamento, o contribuinte não produziu qualquer defesa específica.

E o relatório.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nr. 13605/000.160/91-20

Acórdão nr. 106-06.013

V O I O

Conselheira LUCIANA MESQUITA SABINO DE FREITAS CUSSI, Relatora:

Por se tratar de reflexo de processo já julgado, e não tendo a recorrente produzido qualquer defesa específica, não lhe cabe outra sorte, senão a do processo-matriz.

Assim sendo e por tudo mais que consta do processo, conhecimento do recurso, por tempestivo e interposto na forma da Lei, e, no mérito nego-lhe provimento, tendo em vista que, quanto ao mérito do lançamento, este foi decidido no processo-matriz.

Brasília-DF., em 11 de novembro de 1993.



LUCIANA MESQUITA SABINO DE FREITAS CUSSI - RELATORA